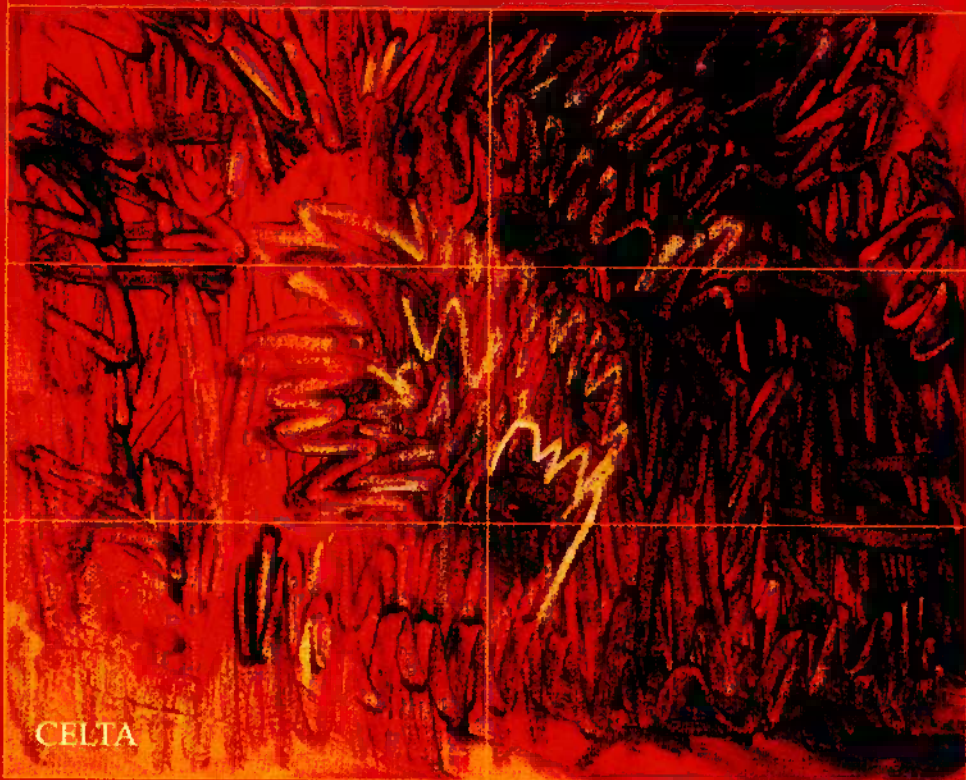


Maria Beatriz Rocha-Trindade
e Maria Christina Siqueira de Souza Campos
(organizadoras)

História, Memória e Imagens nas Migrações

Abordagens Metodológicas



CELTA

História, Memória e Imagens nas Migrações
Abordagens Metodológicas

CELTA

www.celtaeditora.pt

Rua Vera Cruz, 2B | 2780-305 Oeiras
Apartado 151 | 2781-901 Oeiras
Tel: 21 441 74 33 | Fax: 21 446 73 04
mail@celtaeditora.pt

Título	História, Memória e Imagens nas Migrações
Autor	M. B. Rocha-Trindade e M. C. S. de S. Campos (org.)
Distribuidor	HT – Rua Rodrigues Sampaio, 77, c/v Lisboa Tel: 21 352 90 06/08 Fax: 21 315 92 59
ISBN	972-774-209-2 Preço 18,90 €

tel: 21 441 74 33
fax: 21 446 73 04
mail@celtaeditora.pt

www.celtaeditora.pt

Outros títulos

- Alejandro Portes, *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*
- Ana de Saint-Maurice, *Identities Reconstructed: Cabo-verdianos em Portugal* (esgotado)
- Anne Cova, Natália Ramos e Teresa Joaquim, *Desafios da Comparação: Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*
- Anne de Rugy, *Dimensão Económica e Demográfica das Migrações na Europa Multicultural*
- António Concorda Contador, *Cultura Juvenil Negra em Portugal*
- Eduardo de Sousa Ferreira e Helena Rato, *Economia e Imigrantes: Contribuição dos Imigrantes Para a Economia Portuguesa* (esgotado)
- Fernando Luís Machado, *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*
- Gisela Bock e Anne Cova (orgs.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud / Writing Women's History in Southern Europe: XIXe-XXe Siècles / 19th-20th Centuries*
- Joana Miranda, *A Identidade Nacional, Do Mito ao Sentido Estratégico: Uma Análise Psicossociológica das Comparações Entre os Portugueses e os Outros*
- João Peixoto, *A Mobilidade Internacional dos Quadros: Migrações Internacionais, Quadros e Empresas Transnacionais em Portugal*
- Jorge Vala (org.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*
- José Joaquim Gomes Canotilho, *Direitos Humanos, Estrangeiros, Comunidades Migrantes e Minorias*
- José Luís Garcia (org.), *Portugal Migrante: Emigrantes e Imigrados, Dois Estudos Introdutórios*
- José Luís Garcia, *Migrações e Relações Multiculturais: Uma Bibliografia*
- Manuel Armando Oliveira e Carlos Teixeira, *Jovens Portugueses e Luso-Descendentes no Canadá: Trajectórias de Inserção em Espaços Multiculturais*
- Maria Ioannis Baganha (org.), *Immigration in Southern Europe*
- Paulo Filipe Monteiro, *Emigração: o Eterno Mito do Retorno* (esgotado)
- Rosana Albuquerque, Lúcia Évora Ferreira e Telma Viegas, *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório: Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*
- Rui Pena Pires, *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*
- Teresa Joaquim e Anabela Galhardo (orgs.), *Novos Olhares: Passado e Presente Nos Estudos Sobre as Mulheres em Portugal*

Maria Beatriz Rocha-Trindade
e Maria Christina Siqueira de Souza Campos (orgs.)

História, Memória e Imagens nas Migrações

Abordagens Metodológicas

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang
Ana Paula Beja Horta
Domingos Alves Caeiro
José da Silva Ribeiro
Maria Beatriz Rocha-Trindade
Maria Christina Siqueira de Souza Campos
Maria Isabel João
Neusa Maria Mendes de Gusmão
Zeila de Brito Fabri Demartini

CELTA EDITORA
Oeiras | 2005

© Maria Beatriz Rocha-Trindade
e Maria Christina Siqueira de Souza Campos (orgs.), 2005

Maria Beatriz Rocha-Trindade e Maria Christina Siqueira de Souza Campos (orgs.)
História, Memória e Imagens nas Migrações: Abordagens Metodológicas

Primeira edição: Março de 2005

Tiragem: 800 exemplares

ISBN: 972-774-209-2

Depósito-legal: 223410/05

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10): Celta Editora

Capa: Mário Vaz | Arranjo: Celta Editora

Impressão e acabamentos: Grafis, CRL, Portugal

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Celta Editora, Lda.

Celta Editora, Rua Vera Cruz, 2B, 2780-305 Oeiras, Portugal

Endereço postal: Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal

Tel.: (+351) 214 417 433

Fax: (+351) 214 467 304

E-mail: mail@celtaeditora.pt

Página: www.celtaeditora.pt

Esta publicação inscreve-se no âmbito da temática *Identities, Interculturalism and Social Change*, do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI, Unidade de Investigação e Desenvolvimento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Índice

	Índice de fotos	vii
	Sobre os Centros	ix
	Sobre os Autores	xi
	Abertura	xv
1	Memória e História: os problemas e o método	1
	<i>Maria Isabel João</i>	
2	A investigação em Sociologia das Migrações sobre o tempo passado: crítica das fontes	13
	<i>Maria Beatriz Rocha-Trindade</i>	
3	A pesquisa em arquivo: desafios da prática antropológica	31
	<i>Neusa Maria Mendes de Gusmão</i>	
4	A imprensa periódica, uma fonte na história da emigração portuguesa	55
	<i>Domingos Alves Caeiro</i>	
5	A imprensa local e a imigração: algumas considerações metodológicas	75
	<i>Maria Christina Siqueira de Souza Campos</i>	
6	Relatos orais, documentos escritos e imagens: fontes complementares na pesquisa sobre imigração	99
	<i>Zeila de Brito Fabri Demartini</i>	

7	Imigração e História Oral: trajetórias e vivências	135
	<i>Alice Beatriz da Silva Gordo Lang</i>	
8	“A minha vida começa por quatro pontas”: histórias de vida, migrações e as políticas da representação	165
	<i>Ana Paula Beja Horta</i>	
9	As palavras e as imagens na investigação em Antropologia, práticas iniciáticas e novos desafios	189
	<i>José da Silva Ribeiro</i>	
	Abstracts	213

Índice de fotos

8.1	A casa de Maria no Alto da Cova da Moura	176
8.2	Maria na varanda de sua casa, avistando o mundo	176
9.1	Uma das primeiras imagens etnográficas obtida com uma <i>espingarda fotográfica</i> na exposição etnográfica de Paris	193
9.2	1901: contar, contar-se. As vozes nas imagens (Baldwin Spencer e Frank Gillen)	198
9.3	1901: contar, contar-se. As vozes nas imagens (Baldwin Spencer e Frank Gillen)	198

Sobre os Centros

CEMRI

O Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI é uma unidade de investigação científica, integrada no Departamento de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Aberta. Em funcionamento desde 1989, o Centro constitui uma Unidade de Investigação e Desenvolvimento, da Fundação para a Ciência e Tecnologia (Ministério da Ciência, da Inovação e da Tecnologia).

O CEMRI, pioneiro em Portugal no estudo das migrações e das relações interculturais, tem expandido, ao longo dos anos, a sua agenda de investigação e de formação nas áreas das Migrações, Estudos sobre as Mulheres, Saúde, Cultura e Desenvolvimento, Antropologia Visual e Relações Intergeracionais.

Identities, Interculturalismo e Mudança Social constitui a temática no âmbito da qual é desenvolvida a investigação.

Ao promover estudos comparados, numa óptica multidisciplinar e interdisciplinar, o Centro tem estabelecido uma ampla rede de relações científicas com os mais prestigiados centros de pesquisa nacionais e internacionais.

A disseminação da produção científica (livros, artigos, documentários fílmicos), a formação (graduada e pós-graduada) assim como a promoção de acções de investigação e de formação como serviço à comunidade constituem áreas privilegiadas de intervenção do Centro.

CERU

O Centro de Estudos Rurais e Urbanos/CERU — é um núcleo de pesquisas que funciona junto ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo — USP. Fundado

em 1964, tem como finalidade desenvolver trabalhos de investigação, organizar encontros de estudiosos de formações diversas e oferecer treinamento em pesquisa na área de Ciências Sociais.

Suas principais actividades são: Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos, realizado anualmente em maio; cursos e seminários, organizados e ministrados por professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros e a publicação de um periódico — *Cadernos CERU* —, bem como da *Colecção Textos*, com resultados de pesquisas e monografias.

Os programas de pesquisa do CERU, que inicialmente focalizavam estudos rurais, expandiram-se bastante e actualmente têm tido ênfase nas áreas da Sociologia da Educação, da Família e das Migrações. Os grupos imigrantes privilegiados têm sido os alemães, japoneses e, especialmente, os portugueses.

À disposição de consulta por pesquisadores interessados estão a biblioteca do CERU e seus arquivos, contendo teses, relatórios de pesquisa e um banco de dados e documentos sobre temas específicos.

Sobre os autores

Maria Isabel João é Professora da Universidade Aberta e investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais / CEMRI. A sua área de interesse é a História Contemporânea de Portugal. As obras e os artigos publicados incidem sobre a História Regional dos Açores e a História Política e Cultural do país. A questão das comemorações, da construção da memória colectiva dos portugueses, da identidade regional e nacional tem sido, nos últimos anos, o principal fulcro da sua investigação. *ijoa@univ-ab.pt*

Maria Beatriz Rocha-Trindade é licenciada em Ciências Antropológicas e Etnológicas pela Universidade Técnica de Lisboa; doutorada em Sociologia pela Université René Descartes (Paris V, Sorbonne) e agregada em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa. Ao longo de uma carreira especialmente dedicada à investigação, ao ensino e à administração pública em domínios relacionados com as migrações internacionais, exerce actualmente as funções de Professor Catedrático da área de Sociologia da Universidade Aberta. No âmbito desta, dirige o Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI, Unidade de I&D da Fundação para a Ciência e para a Tecnologia/Ministério da Ciência, da Inovação e do Ensino Superior. É autora de mais de uma centena de artigos científicos em revistas nacionais e internacionais, bem como de diversos livros sobre matérias da sua especialidade. *mbrt@univ-ab.pt*

Neusa Maria Mendes de Gusmão é Professora Associada da Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP, S. Paulo, Brasil. Doutora em Antropologia e Livre-Docente em Antropologia da Educação com uma ampla experiência em pesquisa de terreno no campo educativo, em relações interétnicas e processos migratórios, nomeadamente dos PALOP. Trajectória profissional reconhecida por publicações nacionais e no estrangeiro, nos dois campos em que actua: Educação e Antropologia. *neusagusmao@uol.com.br*

Domingos Alves Caeiro, Professor da Universidade Aberta, é licenciado em História, Mestre em Comunicação Educacional Multimédia e Doutor em História Contemporânea. Tem publicado diversos trabalhos sobre a mediatização dos discursos no ensino da História, nomeadamente, as implicações da relação imagem/história/educação. No domínio da investigação histórica tem-se dedicado à pesquisa sobre a Emigração Portuguesa para o Brasil. Tem colaborado com o Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo (CERU-USP), com o Centro de Memória UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) e com o Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI. *dcaeiro@univ-ab.pt*

Maria Christina Siqueira de Souza Campos é Professora Associada (livre-docente) da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto e da Universidade de São Paulo / USP. Diretora-presidente do Centro de Estudos Rurais e Urbanos / CERU, tem como linhas de pesquisa a imigração portuguesa no interior do Estado de São Paulo, realizando, também, trabalhos nas áreas da Sociologia da Família e da Educação, assim como sobre Administração Municipal. *mccampos@usp.br*

Zeila de Brito Fabri Demartini, Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, é Directora de Pesquisa e investigadora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos / CERU, professora do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Metodista, e Professora Participante do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas. É membro do Comité Editorial das revistas da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, do Centro de Estudos Educação e Sociedade (UNICAMP), da Revista História Oral da Associação Brasileira de História Oral, entre outras. Tem realizado pesquisas e publicado no Brasil e no estrangeiro sobre metodologia de investigação, histórias de vida, relatos orais, história da educação em São Paulo, imigração japonesa, imigração portuguesa. *ceru@edu.usp.br; zeila@usp.br*

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang é Doutora em Sociologia pela USP. Pesquisadora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU). Recebeu o Prémio 'Nelson Palma Travassos' no I Concurso sobre 'História de São Paulo' da Academia Paulista de Jornalismo, com o trabalho: *A Propaganda Republicana na Província de São Paulo*. Participou da Comissão fundadora da Associação Brasileira de História Oral, sendo vice-presidente nos biênios 1994-1996; 1996-1998; 2002-2004. É membro do Comité Editorial de *História Oral*, revista da ABHO e do Conselho Editorial de *Cadernos CERU*. Tem pesquisas e publicações nas áreas de: Sociologia Política, Sociologia da Família, Imigração, Religião e Metodologia Qualitativa de Pesquisa. *lang@uol.com.br*

Ana Paula Beja Horta, doutorada em Sociologia pela Simon Frazer University (Canadá) é Professora da Universidade Aberta e investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais /CEMRI. Os seus actuais interesses de investigação recaem sobre: Políticas migratórias, transnacionalismo, estudos comparados sobre identidade, local e cidadania. Sociologia Urbana, Antropologia Visual.

apbhorta@univ-ab.pt

José da Silva Ribeiro, doutorado em Antropologia Visual é Professor da Universidade Aberta (Antropologia Visual e de Métodos e Técnicas de Investigação em Antropologia). Como investigador do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais coordena o seu Laboratório de Antropologia Visual. As suas áreas de interesse científico e de orientação de trabalhos de pós-graduação (mestrado, doutoramento, pós-doutoramento) recaem sobre: rituais; antropologia visual; antropologia do cinema; cultura, sociedade e novas tecnologias; filme científico e imagens da ciência e da arte. *jribeiro@univ-ab.pt*

Abertura

Situada no âmbito de um Projecto de Investigação luso-brasileiro designado "Emigração Portuguesa para o Brasil: Vivências no País de Acolhimento, Marcas no País de Origem",¹ realizou-se em Lisboa um encontro dos investigadores participantes, visando a apresentação, o debate e a definição das estratégias metodológicas aplicáveis à pesquisa no quadro das migrações internacionais.

Pela riqueza dos aspectos abordados e dos debates, vivos e construtivos, que então tiveram lugar, tornou-se clara a vantagem de fazer partilhar, com os outros membros da comunidade científica, os elementos e as opções de carácter metodológico que podem enformar os estudos e trabalhos sobre a mobilidade humana a nível internacional, tanto os que se referem ao momento presente, como os que têm por objecto as migrações ocorridas em épocas passadas.

Como o leitor se aperceberá, a presente obra adoptou, nos seus diversos textos, as grafias mais correntes no país de origem (Portugal ou Brasil) de cada um dos respectivos autores, abdicando de uma unificação ortográfica, a nosso ver desnecessária.

O conjunto de reflexões, agora apresentado em forma de livro, não obedece a um plano inicial que pretenda ser totalmente integrado e exaustivo; e isto na medida em que tais reflexões se configuram com o objectivo pragmático primário de suportar e validar o conjunto de investigações cobertas pela

1 O Projecto desenvolveu-se no quadro de uma colaboração estabelecida entre o Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI da Universidade Aberta (Unidade de I & D da Fundação para a Ciência e para a Tecnologia de Portugal) e do Centro de Estudos Rurais e Urbanos/CERU da Universidade de São Paulo, Brasil, sob o alto patrocínio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico /CNPq, do Brasil, e do GRICES, então Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional/ICCTI, do Ministério da Ciência, da Inovação e Ensino Superior português, aos quais se manifesta publicamente o apreço pelo apoio prestado.

matéria do Projecto, as quais se referem, sobretudo, a contextos de interacção migratória portuguesa e brasileira.

Nesse mesmo sentido, a sequência adoptada para a apresentação dos diferentes capítulos que constituem as contribuições dos investigadores associados ao Projecto é livre de critérios estritos de natureza lógica, cronológica, espacial ou outra; nem envolve relações de dependência obrigatória entre as distintas perspectivas abordadas.

Uma primeira reflexão que pode suscitar-se, tanto através da leitura do índice como, mais pormenorizadamente, dos resumos dos textos, é a do cruzamento das distintas disciplinas que, numa concepção clássica definiam, no seu conjunto, a área alargada das Ciências Sociais: História, Antropologia Cultural, Psicologia Social e Sociologia. No entanto, cada vez mais se considera que as fronteiras, tanto em termos de objecto como de método, entre essas (e outras ainda, como a Geografia Humana, a Demografia e a Economia) tendem a perder recorte, a esbater e a sobrepor domínios e, em consequência, a perder algo daquilo que anteriormente se considerava serem as respectivas especificidades disciplinares.

Por conseguinte, está também a perder substância a noção intermédia e, a seu tempo, relativamente consensual entre os cientistas sociais, sobre as virtudes da inter- e da trans-disciplinaridade, já que cada vez menos é necessário enfatizar os benefícios da cooperação entre investigadores das diferentes disciplinas — antes vêm cada vez mais a confluír, em cada perfil individual, um maior número de competências de espectro muito alargado.

(Não é este um problema exclusivo das Ciências Sociais: veja-se, por exemplo, a convergência entre Matemática, Física e Química em terrenos como o da Astrofísica ou da Genética).

As cinco primeiras contribuições da presente colectânea são da autoria de Maria Isabel João, Maria Beatriz Rocha-Trindade, Neusa Gusmão, Domingos Caeiro e Maria Christina Siqueira de Souza Campos. De comum têm o facto de se reportarem, mais ou menos explicitamente, a investigações cujo objecto se situa num tempo passado, sobre o qual lançam um olhar retrospectivo.

Naturalmente, as suas fontes revestem a forma de documentos escritos de vária natureza: arquivos, livros e publicações, jornais, correspondência epistolar, etc. Igualmente de comum têm o facto de todas essas fontes merecerem algum tipo de análise crítica quanto à sua validade e relevância, já que é impossível cruzar a informação nelas contida com um trabalho de campo inexistente sobre sujeitos vivos que a validem ou infirmem.

Maria Isabel João enfoca o seu trabalho sobre a questão da memória, tanto individual como colectiva. Privilegiando a abordagem conceptual e metodológica da História, a autora ilustra, através de exemplos bem escolhidos, o modo como as mesmas ocorrências históricas podem ser enfatizadas ou subtilmente moldadas pelos poderes políticos ou pelas correntes

ideológicas dominantes, ao serviço dos seus interesses directos e, naturalmente, conjunturais.

Maria Beatriz Rocha-Trindade procura situar, num quadro da investigação em Sociologia das Migrações, os diversos tipos de fontes documentais eventualmente acessíveis, do ponto de vista da sua fidedignidade e relevância para cada estudo concreto.

Nesse sentido, as listagens de registos oficiais ou particulares, as notícias, crónicas ou anúncios de jornais, os estudos e ensaios, as leis e debates parlamentares, a correspondência de migrantes e, até, certos conteúdos de obras de ficção podem encerrar informação factual com claro valor para a investigação sociológica, bem como, pelo contrário, estarem viciadas por uma tinteira de subjectividade que importa identificar e, se possível, interpretar.

Situado expressamente no campo da pesquisa antropológica, o artigo de Neusa Mendes de Gusmão explora a situação das pesquisas em arquivo, na medida em que estas podem beneficiar de um substrato, simultâneo ou anterior, de investigação antropológica de campo, na qual efectivamente tenha existido um contacto directo com os sujeitos do estudo.

A ênfase colocada pela autora na flexibilidade da análise, na diversificação dos caminhos e na relativização das conclusões aparece revestida de um potencial acrescido para a concretização de novas descobertas.

Domingos Caeiro tem concentrado muito do seu trabalho anterior na localização e análise da Imprensa Periódica como fonte histórica. A sua presente contribuição debruça-se sobre as questões metodológicas levantadas pela utilização deste tipo de documentos, tanto no que respeita à importância da informação que pode aí estar contida, como pelas suas limitações enquanto fontes históricas primárias.

Situando-se num contexto dos estudos sobre a emigração de Portugueses para o Brasil, sua fixação ou eventual retorno, é evidenciada a quase incrível quantidade de publicações periódicas referidas ao período da última metade do século XIX e da primeira do século XX.

Aproximação vizinha quanto ao objecto, embora distinta, segue Maria Christina de Souza Campos na análise que faz sobre a imprensa local e a imigração. Do ponto de vista metodológico, é salientada a distinção entre as notícias veiculadas na imprensa escrita dos grandes centros urbanos na primeira metade do século passado e as matérias então divulgadas nos jornais de Ribeirão Preto. Nesse sentido, verifica-se que os sentimentos de rejeição em relação a comunidades de origem estrangeira, presentes em jornais e autores da metrópole paulista, assumindo por vezes a forma de representações negativas, não eram visíveis na imprensa local dos municípios do interior, mais interessada em assinalar o papel e o valor das diversas comunidades de imigrantes no desenvolvimento local.

As contribuições de Alice Beatriz Gordo Lang, Zeila Demartini, Ana Paula Beja Horta e José da Silva Ribeiro distanciam-se dos autores

anteriormente considerados, pela utilização de fontes outras que os documentos escritos, tirando partido da disponibilidade de sujeitos que podem testemunhar, de uma maneira ou de outra, sobre as matérias em estudo. Nessa perspectiva são exploradas, nos três primeiros casos, as técnicas relacionadas com a história oral e com a exploração sociológica das histórias de vida; no último, é privilegiada a utilização de registos de imagem e de som, características da Antropologia Visual.

Zeila Demartini escolhe como exemplo da aplicação da metodologia da História Oral a imigração portuguesa em São Paulo, desde finais do século XIX até à década de 1930.

Definindo essa aproximação como um diálogo entre a Sociologia e a História, a autora considera que se tornou possível recorrer aos relatos orais envolvidos no processo migratório, em complementaridade com o uso das tradicionais fontes escritas e das imagens recolhidas.

É discutida, em particular, a riqueza decorrente da combinatória entre os vários tipos de dados e as questões que a especificidade de cada fonte coloca para a análise.

Alice Beatriz Gordo Lang recorre a uma metodologia em tudo semelhante à anterior mas cuja aplicação se dirige a uma situação mais recente do objecto de estudo: os imigrantes portugueses chegados a São Paulo entre 1950 e 1963 e que decidiram fixar-se definitivamente no Brasil.

Após indicar a sucessão dos distintos passos da pesquisa, enfatiza uma reflexão sobre questões como o seu enquadramento ético, o julgamento sobre a veracidade dos relatos e o estabelecimento de uma relação de confiança entre entrevistador e entrevistado.

Ana Paula Beja Horta situa-se num contexto de investigação agora referido ao lado oriental do Atlântico, concentrando-se na história de vida de uma imigrante, personalidade feminina muito complexa, com experiência de migração em dois continentes e em vários países.

A riqueza da informação prestada pela entrevistada permite explorar questões delicadas como a afirmação da identidade, as relações e tensões existentes no seio da sua família de origem e da comunidade imigrada e a assunção de um poder que vai progressivamente erigindo.

A contribuição de José Ribeiro situa-se na continuidade dos estudos e práticas que vem desenvolvendo em terreno da metodologia própria da Antropologia Visual. Neste sentido, procura olhar para além da função das imagens e dos sons como meros instrumentos para a ilustração de uma dada realidade, tentando conferir-lhes o papel dialógico que efectivamente lhes pertence, em situações de trabalho de campo.

Nesse mesmo sentido, analisa a potencialidade das práticas desenvolvidas pela Antropologia Visual e ensaia a tradução das teorias antropológicas da cultura para as teorias do cinema.

Efectuada esta brevíssima resenha das contribuições apresentadas

neste livro, é talvez curial retomar uma nossa consideração anterior sobre especificidades e complementaridades disciplinares.

De facto, esta colectânea de reflexões de cariz metodológico indica que, independentemente do exacto perfil de formação académica inicial de cada um dos autores, todos se recusam, de forma implícita ou explícita, a ver-se confinados ou manietados no âmbito de uma única disciplina: antes rompem deliberadamente essas (pretensas) fronteiras, buscando o máximo de complementaridade em outros âmbitos disciplinares, tanto conceptuais como metodológicos.

Mais do que isso, estes investigadores provam a afirmação de que todas as metodologias são essencialmente dinâmicas, na medida em que, estando embora ancoradas em saberes teóricos previamente estruturados e consensualmente aceites, sempre podem beneficiar das aporções individuais de cada investigador, à medida de cada específico propósito ou objecto de estudo.

Todos estes autores ilustram, em nosso entender, a largueza do espectro de perspectivas científicas que caracteriza os Cientistas Sociais do tempo presente.

À Dra. Isabel Rasoilo, investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, ficamos devedoras da cuidada leitura crítica que efectuou de todas as contribuições das autoras, revendo-as no sentido da harmonização de estilos, de apresentação e classificação de conteúdos.

A Ana Paula Magalhães agradecemos o cuidado que pôs na composição e formatação dos textos, zelando em particular, pela sua estética final.

Maria Beatriz Rocha-Trindade
Maria Christina Siqueira de Souza Campos

Memória e História: os problemas e o método

Maria Isabel João

A breve reflexão que gostaria de apresentar neste seminário, sobre “Metodologias de investigação: novos paradigmas, novas abordagens”, gira em torno da problemática da memória que é, afinal, um tema comum a todas as intervenções. A História Oral trabalha com récitas, com narrativas em que o trabalho da memória é fundamental. O mesmo acontece com as Histórias de Vida, outro domínio de investigação que lida de perto com os complexos mecanismos da memória e que se situa no âmbito do que podemos designar como a memória autobiográfica. A memória autobiográfica é construída e reconstruída pelos indivíduos a partir das experiências vividas, como uma narrativa mais ou menos organizada e coerente que é essencial para definir perante si próprio e perante os outros a sua identidade como pessoa. O processo de construção dessa memória não é autista, mas o resultado da relação que estabelecemos com os outros e com o mundo. Também não é estático nem está acabado num dado momento da nossa vida. É um processo permanente, que só termina quando morremos, em que intervém a nossa percepção da realidade e uma boa dose de imaginação. A memória humana não é meramente reprodutiva e replicativa, como a dos computadores. É muito mais criativa e capaz de se reinventar ao longo da vida. Por isso, o investigador tem de procurar apreender, com detalhe e rigor, os seus registos e representações, a partir das narrativas dos seus interlocutores, procurando descodificá-las e lê-las à luz dos contextos em que são produzidas para melhor compreender o seu sentido e significado. As memórias não nos transmitem a realidade, mas a visão, a imagem, a representação que os seres humanos têm da realidade.

Por analogia com a História, podemos dizer que, ao contrário do que acreditavam os historiadores positivistas, aquilo que conhecemos através dos relatos historiográficos não é o que realmente aconteceu, mas a reconstrução que o historiador faz do que aconteceu. Nesse processo de reconstrução, que se apresenta também sob a forma narrativa, intervêm factores de ordem subjectiva e factores de ordem social, cultural, ideológica que configuram os

factos descritos pelo historiador, a sua interpretação e a sua explicação de uma determinada forma. Não tenhamos dúvidas que, tanto no trabalho da memória como no trabalho historiográfico, há um processo de recriação e até de “invenção” dos factos, que são apreendidos, registados, descritos, narrados de formas diferentes consoante os indivíduos, as sociedades e as épocas. Vejamos, então, alguns exemplos de estudos onde está patente a relação entre a memória e a História.

No início dos anos 70, Nathan Wachtel teve a ideia de estudar o choque cultural provocado pela conquista espanhola nos índios do Peru, a partir dos relatos conservados pela tradição oral e das celebrações em que, regularmente, a comunidade recordava o que se tinha passado através da representação do drama vivido pelos seus antepassados. Na memória colectiva dos europeus, a aventura dos conquistadores evoca imagens de triunfo, de riqueza, de glória, e é vista como uma epopeia. A historiografia ocidental associa a descoberta da América às ideias de Renascimento, de Tempos Modernos, e faz coincidir a proeza de Cristóvão Colombo com o início de uma nova era. Uma nova era para a Europa, entenda-se. Para os índios vencidos, a conquista significa, pelo contrário, a ruína das suas civilizações. Por isso, o historiador formado no padrão cultural ocidental que queira, efectivamente, compreender o impacto da conquista na cultura indígena tem de despojar-se das ideias feitas e ter uma grande abertura para entender a visão do outro.

Aliás, essa é uma característica essencial do trabalho do historiador, porque ao estudar as sociedades do passado, mesmo que seja a dos seus antepassados, o historiador confronta-se, inevitavelmente, com realidades culturais, com valores, com usos e costumes, com mentalidades muito diferentes da sua e para as apreender precisa de se descentrar de si próprio e de estabelecer uma profunda empatia com o seu objecto de estudo. O mesmo acontece com o antropólogo que se debruça sobre os outros. Por isso, um dos casamentos mais profícuos no domínio das Ciências Sociais tem sido o da História com a Antropologia. Permitiu desenvolver os estudos da Cultura e das Mentalidades e o vasto campo de investigação sobre a Memória, a Tradição, o Património, em suma sobre as Identidades Culturais dos povos.

O olhar do historiador é especialmente sensível ao tempo, aos contextos, procura sempre ver no presente o resultado de um processo de transformação, com raízes mais ou menos longínquas, e perceber as mudanças. É um olhar dinâmico, atento aos sinais que indicam a continuidade e as eventuais rupturas, transformações. E tanto é capaz de abordar o tempo de forma progressiva, partindo dos factos mais distantes para os mais próximos de nós, como de forma regressiva, fazendo exactamente o inverso. Nesse aspecto, é interessante lembrar o grande historiador Marc Bloch, que morreu num campo de concentração nazi, que propunha um estudo prudentemente regressivo das paisagens da França como uma forma de aproximação possível à França rural da época *medieval*. Prudentemente, repito. O método regressivo tem

de ser manejado com muito cuidado, porque aquilo que hoje observamos já não é igual ao que foi no passado. Um cuidado que tem de redobrar quando se trata de símbolos culturais e identitários, fixados pela tradição, em que é preciso ter bem presente que o que parece nem sempre é. Como mostrou o historiador Eric Hobsbawm e outros, numa obra colectiva, do início dos anos 80, as tradições também são “inventadas” e, em muitos casos, são mais recentes do que ingenuamente se pensa. Por exemplo, quando é que aparece e se fixa o uso do célebre *kilt* dos escoceses, que é actualmente um símbolo identitário tão forte? A meados do século XVIII, por arte de um industrial inglês. Nessa altura era um traje dos grupos sociais mais baixos e só entrou nos hábitos dos clãs, em especial dos que tinham um estatuto mais elevado, no século XIX, depois de durante um longo período quase ter caído em desuso (Hobsbawm e Ranger, 2002, p. 29).

Mas voltemos à questão central: as relações entre a memória e a História. Uma outra obra para que gostaria de chamar a vossa atenção é o livro do escritor libanês, residente em França, Amin Maalouf, sobre *As Cruzadas Vistas pelos Árabes*. Temos, mais uma vez, um momento de choque entre povos e culturas que deixou importantes testemunhos e registos para a posteridade e, por isso, é possível perceber de que forma os mesmos acontecimentos foram vividos pelos cristãos e pelos muçulmanos. Os historiadores que trabalham com as fontes da época constataam que há uma evidente proximidade entre os principais relatos, sejam eles dos europeus ou dos árabes. Os testemunhos são, geralmente, registados por homens cultos e não havia, naquela época, especiais pruridos em narrar a violência e as atrocidades cometidas sobre as populações, que são descritas com bastante crueza. Por isso, quando se compararam as fontes pode apurar-se, com algum rigor, o que se teria passado durante as sucessivas cruzadas dos cristãos. Do lado árabe, nunca se fala de cruzadas, mas de guerras e de invasões dos Franj, isto é, dos francos, designação que engloba todos os ocidentais cristãos e, em particular, os franceses. As cruzadas saldaram-se por uma derrota dos cristãos que acabaram por retirar das praças conquistadas, no final do século XIII da nossa era (sétimo da era muçulmana). O narrador Abul-Fida, que conta as últimas vitórias dos mamelucos sobre os Franj, conclui o seu relato escrevendo “Queira Deus que eles nunca mais aqui ponham os pés!”. Após dois séculos de colonização, os cristãos abandonavam as terras conquistadas. Por sua vez, os muçulmanos, em 1453, tomavam Constantinopla e, em 1529, estavam às portas de Viena, sob o comando dos turcos otomanos. Este confronto civilizacional deixou feridas abertas entre o Ocidente e o Oriente, entre os cristãos e os muçulmanos, que se mesclaram, já nos séculos XIX e XX, com a ocupação colonial, a criação do Estado de Israel, em 1948, e poderosos jogos de interesses em torno do “ouro negro”, o petróleo. Apesar de também ter sido protagonista de um processo de expansão bem sucedido, de ter dado origem a importantes impérios, de ter desempenhado por algum tempo na história da humanidade um importante

papel económico e cultural, o mundo muçulmano desenvolveu, no seu seio, um complexo de derrota e de perseguição que alimenta uma alternância entre fases de abertura e de fechamento, mesmo de enquistamento, em que os integristas se tornam dominantes. As razões disso radicam, como refere Amin Maalouf, na própria história dessas sociedades e o momento das cruzadas pode ser uma das suas chaves:

“Enquanto para a Europa Ocidental a época das cruzadas era o despontar de uma verdadeira revolução, simultaneamente económica e cultural, no Oriente estas guerras santas iam desembocar em longos séculos de decadência e de obscurantismo. Assaltado por todos os lados, o mundo muçulmano ensimesma-se. Ele volveu-se suspeito, defensivo, intolerante, estéril, outras tantas atitudes que se agravam à medida que prossegue a evolução planetária, relativamente à qual se sente marginalizado. O progresso é doravante o outro. O modernismo é o outro.” (Malouf, 1998, p. 309) Ou seja, a Europa, o Ocidente que, numa atitude defensiva, os muçulmanos rejeitam e alguns querem mesmo combater de forma activa (Djihad).

Neste quadro, as consequências de uma eventual ocupação militar do Iraque, situado no coração do Médio Oriente e herdeiro de civilizações ancestrais, por uma coligação ocidental, liderada pelos Estados Unidos, são fáceis de antever: a crispação das relações e um terreno cada vez mais permeável à xenofobia, ao fundamentalismo, ao confronto e à violência.¹

O terceiro exemplo que queria apresentar de um estudo onde são bem evidentes as relações entre a memória e a história é a obra de Lucette Valensi sobre a gloriosa batalha dos três reis. Trata-se da famosa batalha de Alcácer Quibir, onde pereceu D. Sebastião e onde também morreram dois príncipes do lado marroquino: Muhammad al-Mutawakkil, que tinha sucedido no trono ao pai, em 1574, e Abd al-Mâlik, o tio que deveria ter sido o sucessor, de acordo com as regras do sultanato marroquino. A disputa pela sucessão tinha levado o primeiro a aliar-se aos portugueses e o segundo a conseguir o apoio otomano. Naquela batalha fatídica sucumbiram os três reis, o que é um facto geralmente ignorado pelos portugueses. A memória colectiva é etnocêntrica e tende, por conseguinte, a registar os acontecimentos que lhe dizem directamente respeito e a ignorar os outros. O historiador Fernand Braudel considerou esta expedição de D. Sebastião a Marrocos como a última cruzada da Cristandade no Mediterrâneo (Valensi, 1992, p. 21). As tropas portuguesas contavam com importantes reforços de castelhanos, de alemães (na realidade, homens do Norte da Europa de todas as proveniências) e de italianos, comandados por um inglês. O confronto ocorreu a 4 de Agosto e saldou-se por uma

1 A comunicação foi apresentada antes da intervenção no Iraque e a escalada terrorista recente tem vindo a confirmar, infelizmente, as previsões, com a morte de muitas centenas de iraquianos, de soldados, de funcionários da ONU, entre os quais Sérgio Vieira de Melo, e de civis na Turquia.

derrota dos portugueses e dos seus aliados. O acontecimento foi tão marcante que deu origem a verdadeiras lendas do lado português e do lado marroquino, cuja reconstituição foi feita por Lucette Valensi seguindo o fio das lembranças através dos séculos. É uma história que vale a pena conhecer e que, neste caso, trabalha com uma grande diversidade de fontes manuscritas e impressas.

Não é por acaso que em qualquer dos três exemplos (a conquista espanhola, as cruzadas e a batalha de Alcácer Quibir) soam os tambores da guerra. Pois, a guerra é uma experiência limite que marca fortemente a memória dos povos e dá origem a lendas, a relatos, mais facilmente conservados pela memória colectiva. Mas em qualquer dos casos trata-se de acontecimentos distantes, cujos ecos chegaram até ao presente. Quando a guerra é um acontecimento vivido, recente, e dá origem a memórias traumáticas que afectam a imagem que os povos têm de si, os estudos de psicologia social indicam que é precisa uma distância de 20 a 25 anos, em média, para se poderem erguer os primeiros memoriais, para se realizarem as primeiras comemorações públicas (Pennebaker e outros, 1997, p. 10). A comemoração exige uma distância pacificadora das emoções, das tensões, dos conflitos que a memória da guerra suscita nos que nela participaram. O Vietnam Memorial Hall só foi inaugurado em 1982, quase 25 anos depois dos primeiros combatentes americanos terem morrido naquela guerra. O monumento erguido em memória dos combatentes da guerra colonial, em Lisboa, necessitou de um lapso de tempo muito mais longo e não foi imune à polémica. Só foi construído em 1993, 35 anos depois de terem morrido os primeiros combatentes cujos nomes ficaram gravados no mármore.

Aliás, só agora começa a haver o distanciamento necessário para surgirem os primeiros estudos e reflexões académicas sobre o fenómeno das guerras coloniais portuguesas. Um desses trabalhos foi levado a cabo por Luís Quintais e publicado, em 2000, com o sugestivo título *As guerras coloniais portuguesas e a invenção da história*. Trata-se de uma investigação que se move num terreno entre a Psiquiatria, a Antropologia e a História, visto que o autor trabalhou com os relatos de soldados que sofrem de stress pós-traumático e procurou analisar de que forma as suas narrativas e a assunção pela sociedade, e por eles próprios, da sua condição de vítimas funciona como um modo de tornar aceitável o inaceitável e de transferir para a esfera da patologia aquilo que os códigos morais, claramente, condenam. A vitimização é uma das formas que as sociedades e os indivíduos têm de lidar com memórias dolorosas, que põem em causa a sua auto-imagem. Assim, os soldados limitavam-se a cumprir ordens superiores e foram vítimas de entidades tão vagas como o Estado ou o regime político, e a própria sociedade não se sente colectivamente responsável pelo que aconteceu. Uma cortina de silêncio paira numa primeira fase sobre este género de acontecimentos e, em seguida, buscam-se formas de inventar e reinventar a história para a poder integrar em

narrativas que justifiquem e desculpabilizem os indivíduos e as sociedades. Um dos casos mais sintomáticos de tentativa colectiva de amnésia passou-se com a sociedade alemã, no pós-guerra. Esquecer é, por vezes, a única forma de lidar com o passado ou, então, as sociedades têm de reinventá-lo para o tornar admissível.

A lembrança e o esquecimento são as duas faces da memória e não vive uma sem a outra. É preciso esquecer para recordar. Pode parecer um contra-senso, mas, na verdade, a saúde da memória dos indivíduos depende da sua capacidade de seleccionar o que é importante lembrar e, logo, de esquecer o que não interessa. Quando se trata da memória colectiva das sociedades, a recordação e o esquecimento também caminham a par e nesse processo inter-vêm factores de ordem cultural, política e ideológica. As sociedades recordam de forma muito selectiva e, no final das contas, o esquecimento tem uma dimensão muito maior do que a lembrança. Quem é que hoje sabe que os portugueses estiveram envolvidos em guerras coloniais, de uma forma quase contínua, desde as últimas décadas do século XIX até aos anos 30 do século XX? A ocupação efectiva das colónias, a delimitação das suas fronteiras, sobretudo em África, não se fez sem guerras e sem brutais sacrifícios humanos.² Quem sabe que uma das maiores batalhas entre europeus e africanos teve lugar em Angola e opôs as tropas portuguesas, comandadas pelo general Pereira d'Eça, e as forças do último rei dos Ovambos? Quem sabe que Timor foi uma das colónias mais beligerantes, com intervenções armadas muito sangrentas especialmente no tempo dos governadores Celestino da Silva (1895, 1896, 1900) e Filomeno da Câmara Melo Cabral (1912)? Os livros escolares não registam esses factos e a memória colectiva ignora que, antes das guerras de 1961 a 1974, muitas outras houveram. Vagamente, os que estão agora na faixa etária dos 40 ou mais velhos recordam-se de ter ouvido referir as chamadas "campanhas de pacificação" em África e o grande herói Mouzinho de Albuquerque, que prendeu o régulo Gungunhana. Mais nada. Uma história recheada de guerras e de violência, desde a "reconquista" das terras aos mouros, às guerras com Castela, à expansão por vários continentes, passando pelas guerras civis do século XIX e as constantes bernardas, golpes de Estado e motins das primeiras décadas do século XX, não impediu os portugueses de construírem sobre si a imagem de um povo de "brandos costumes". Há melhor exemplo de como a memória colectiva é selectiva, baseada mais no esquecimento do que na lembrança?

Um dos problemas mais difíceis, com que o investigador tem de lidar quando trabalha as memórias sociais, é a necessidade de fazer uma permanente auto-análise e de manter a maior objectividade possível. O terreno das

2 Ver o artigo de René Pélissier, "Guerras coloniais", em António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, Suplemento, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 159-163.

memórias é dos mais sensíveis às ideologias, aos afectos, às inevitáveis ligações entre o sujeito do conhecimento e o seu objecto de estudo. É, assim, necessária uma vigilância suplementar para não se deixar envolver e manter o discernimento e o espírito crítico necessários para produzir as interpretações adequadas e fundamentar as suas análises. Não se trata de tomar partido nem de julgar, mas de interpretar o sentido, de descodificar o significado das representações, de compreender e de explicar para tornar inteligíveis os conteúdos das memórias colectivas. A certa altura podemos ser confrontados com a necessidade de fazer um trabalho de desmontagem das imagens e das representações que nos habituámos a ver como parte de nós, para perceber que se trata de construções, de "invenções", que podem ser datadas, contextualizadas e, logo, relativizadas. O historiador Alexandre Herculano chocou os seus contemporâneos do século XIX quando provou que o mito de Ourique tinha sido forjado com documentos apócrifos. O mito fundador da nacionalidade portuguesa, que transformava Portugal numa nação eleita por Deus para espalhar a fé cristã no mundo, afinal não era verdadeiro. Em tempos menos dados à ciência e ao espírito laico do que o século XIX, talvez Herculano nem se tivesse atrevido a tal heresia ou teria arriscado muito a sua sorte. Para os historiadores actuais, o mais importante consiste em perceber as razões da invenção do mito de Ourique e a forma como se tornou num dispositivo de legitimação da expansão portuguesa, no século XV.

Numa obra recente, a historiadora Anne-Marie Thiesse analisa o fenómeno da criação das identidades nacionais que varreu a Europa do século XIX. O processo tem raízes anteriores, mas é sob o impulso do romantismo que se afirma e expande por toda a Europa. É possível, hoje, estabelecer uma espécie de *check-list* identitária, constituída pelos elementos simbólicos e materiais que uma nação deve apresentar para poder ser identificada como tal: "uma história que estabelece uma continuidade com os ilustres antepassados, uma série de heróis modelos de virtudes nacionais, uma língua, monumentos culturais, um folclore, locais eleitos e uma paisagem típica, uma determinada mentalidade, representações oficiais (o hino e a bandeira (e identificações pitorescas (trajes, especialidades culinárias ou um animal emblemático" (Thiesse, 2000, p. 18).

Ora, todos esses símbolos tiveram de ser criados num dado momento e foram, progressivamente, incorporados nas representações comuns sobre a identidade nacional. Não deixam de estar também sujeitos a reinvenções, a mudanças e a manipulações. Mas, na medida em que se tornam parte da memória colectiva e que são interiorizados pelas populações, ganham foros de uma certa sacralização. As reacções negativas foram muito fortes quando o escritor Alçada Baptista teve a ousadia de sugerir que o Hino Nacional, escrito por Henrique Lopes de Mendonça em tom belicista, no calor do ultimato britânico, em 1890, deveria ser mudado. A ideia não era nova. Em 1973, já o professor da Universidade do Porto, Arnaldo Saraiva, num curioso texto de

análise comparativa sobre as letras dos hinos nacionais de vários países notava o tom bélico e agressivo da maioria e concluía: "Não, os hinos nacionais não são intocáveis; e por isso muitos deles deveriam deixar de ser tocados (ou cantados. Já que falam tanto de morte, não seria despropositado pedir que a morte comece por eles e neles. Mas se não é possível apagá-los da memória dos homens, então que eles deixem de ser considerados *nacionais* e passem a ser apenas de quem os quiser ou de quem deles precisar." (Saraiva, 1973, p. 11). Recentemente reeditou-se uma polémica, que já tinha havido no século XIX, sobre o ensino da epopeia camoniana nas escolas. Naquela época ainda não fazia parte dos currículos escolares e os adolescentes ainda não eram torturados com os dez cantos e as 1100 estrofes d'*Os Lusíadas*. Mas havia quem pensasse que era indispensável que a grande gesta heróica da nação fosse ensinada aos meninos; enquanto que outros achavam o verso arrevesado e pouco próprio para os jovens espíritos. Razões idênticas às que foram invocadas para retirá-lo dos programas actuais e para optar por leituras mais apelativas, o que levantou um coro de protestos em nome dos clássicos da literatura nacional e da formação da memória colectiva dos portugueses.

Camões e *Os Lusíadas* são dois símbolos fortes da identidade nacional. Sobre o poeta muito pouco se sabe e quase tudo se conjectura. A sua vida faz parte das lendas nacionais. Já em 1880, ano em que se realizou a comemoração do tricentenário da sua morte, cuja data realmente se desconhece, um curioso folheto ilustrado resumia em verso essa lenda. De forma ainda mais sucinta, mas não menos imaginativa, o suplemento do jornal *Distrito de Faro* servia-se das iniciais do apelido do poeta para fixar a sua legenda de patriota e de mártir, que morreu amparado somente pelo fiel escravo Jau.

C antou a patria, deu-lhe fama e gloria...
 A mou-a sempre, e com que santo amor!...
 M artyr sublime de eternal memoria,
 O lvido ingrato o immergiu na dor!
 E scravo amigo, diz a lusa historia,
 S erviu d'amparo do immortal cantor!

O historiador reconstitui o fio das lembranças a partir das séries discursivas que consegue compilar, devidamente organizadas em termos cronológicos. As fontes podem ser impressas, manuscritas ou orais, o que depende do objecto do estudo. No caso de Nathan Wachtel, as fontes orais e a observação das dramatizações realizadas pelos índios tiveram um papel fundamental. Hoje, o estudo das festas de mouros e cristãos que, na Península Ibérica, continuam a recordar antigos confrontos, têm de cruzar a recolha da tradição oral com os relatos escritos, para se poder remontar tão longe quanto for possível na origem dessas manifestações populares, na compreensão das suas motivações e das transformações que sofreram ao longo do tempo.

Noutros casos, o historiador fica-se pelos documentos escritos e pela iconografia, como no estudo que fizemos sobre as comemorações realizadas entre 1880 e 1960. O enfoque foi colocado sobre as celebrações dos centenários relacionados com a história dos descobrimentos e da expansão portuguesa. Definido o período cronológico, cujas balizas não podem ser estabelecidas de forma arbitrária, foi preciso proceder ao levantamento das fontes. A imprensa, as múltiplas publicações dos centenários, obras, opúsculos, folhetos, tudo o que foi possível levantar, teve de ser identificado, lido, fichado, num trabalho bastante exaustivo. O mesmo foi feito em relação à iconografia que, neste caso, obrigou a uma digressão pelos monumentos, pela estatuária, pela pintura, pelas ilustrações, pelas moedas, pelas medalhas e pelos selos que foram feitos no âmbito dos centenários. O objectivo deste trabalho de investigação consistiu em apreender as representações que faziam parte da memória colectiva das elites que patrocinavam as comemorações e que se pretendiam transmitir ao povo, como então se dizia.

Como muito bem assinalou o historiador Moses I. Finley, a memória colectiva é o resultado da transmissão a um grande número de indivíduos das lembranças de um só homem ou de vários homens, muitas vezes repetidas (Finley, 1981, p. 32). Este acto de comunicação e, por consequência, de conservação da memória, não é espontâneo nem inconsciente, mas deliberado e destinado a atingir um fim conhecido daquele ou daqueles que operam a transmissão. Por isso, é preciso que, antes de mais, o historiador se interroge sobre quem beneficia: "Cui bono?" — escreve Finley. Um conselho que serve, afinal, para explicar muitos dos actos da vida.

Espero já ter ilustrado razoavelmente a forma como a memória pode ser um objecto de estudo das Ciências Sociais e, em especial, de uma História que não recuse cruzar-se com a Antropologia e a Psicologia. Não esqueçamos a Sociologia, porque os primeiros trabalhos de investigação e teorias sobre as memórias colectivas ficaram a dever-se ao sociólogo Maurice Halbwachs, nos anos 20 e 30 do século passado. Gostaria ainda, para terminar, de referir o conceito operatório de "lugares de memória", criado pelo historiador Pierre Nora, e que o definiu do seguinte modo: "unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou trabalho do tempo transformou num elemento simbólico de uma qualquer comunidade." (Nora, 1992, p. 1004). A ideia de lugares de memória retoma a tradição medieval da arte da memória que se apoiava numa topografia imaginada pelo orador para poder recordar mais facilmente e brilhar com a sua retórica. Por analogia, Pierre Nora imaginou que as sociedades também possuem lugares de memória onde depositam as suas recordações ou que lhes servem de ponto de apoio para as suas evocações. Distinguiu três tipos de lugares de memórias: os lugares topográficos, como as bibliotecas, os arquivos e os museus; os lugares simbólicos, como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; os lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as

associações. Cada um destes lugares de memória tem a sua história. Assim sendo, o campo de trabalho sobre a memória é muito vasto e depende, em larga medida, da nossa imaginação.

Referências bibliográficas

- Finley, Moses I. (1981), *Mythe, Mémoire, Histoire: les Usages du Passé*, Paris, Flammarion.
- Halbwachs, Maurice, *La Mémoire Collective*, 2.ª edição revista e aumentada, Paris, PUF, 1968.
- Hobsbawm, Eric, e Terenc Ranger (orgs.) (2002), *La Invención de la Tradición*, Barcelona, Editorial Critica.
- João, Maria Isabel (2002), *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Colecção Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas.
- Nora, Pierre (org.) (1992), *Les Lieux de Mémoire. Les France*, Tomo III, vol. 3, Paris, Gallimard.
- Pennebaker, James W., Dario Paez e Bernard Rimé (org.) (1997), *Collective Memory of Political Events. Social Psychological Perspectives*, Nova Jérсия, Lawrence Erlbaum Associates.
- Quintais, Luís (2000), *As Guerras Coloniais Portuguesas e a Invenção da História*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Saraiva, Arnaldo (imp. 1973), *Os Hinos Nacionais*, Vila Nova de Gaia, Edição de José Soares Martins.
- Thiesse, Anne Marie (2000), *A Criação das Identidades Nacionais. Europa: Séculos XVIII-XX*, Lisboa, Temas e Debates.
- Valensi, Lucette (1992), *Fables de la Mémoire, La Glorieuse Bataille des Trois Rois*, Paris, Éditions du Seuil.
- Wachtel, Nathan (1971), *La Vision des Vaincus. Les Indiens du Pérou Devant la Conquête Espagnole*, Paris, Gallimard.

Resumo

Neste texto desenvolve-se uma reflexão sobre a questão da memória. Depois de uma breve referência à memória autobiográfica, em foco nas Histórias de Vida, a análise centra-se sobre as memórias colectivas. Desde os trabalhos pioneiros de Maurice Halbwachs, estas têm sido objecto de estudo das Ciências Sociais. São referidos vários trabalhos com características interdisciplinares, mas onde a História desempenha um papel importante. Não só a matéria trabalhada por alguns dos autores referidos se prende com o passado histórico, mas também o tipo de abordagem dos problemas não pode ignorar os

quadros conceptuais e metodológicos desta disciplina. Tratando-se de um campo muito vasto de trabalho, que conheceu nos últimos anos uma verdadeira explosão bibliográfica, pretende-se somente apresentar alguns exemplos de investigação sugestivos.

Palavras-chave Memória, História, identidade.

Ao correr das décadas e dos séculos, a mobilidade de homens e de mulheres teve uma ocorrência permanente — todavia variável em direcções e em locais — no que hoje designamos por Espaço Lusófono.

Em termos de povoamento, de colonização ou de emigração/imigração, incontáveis números de pessoas cruzaram o Atlântico tendo como origem ou como destino a África, a Europa, as Américas ou os próprios arquipélagos oceânicos e tanto em viagens de ida como de regresso. O estudo destes movimentos migratórios tem sido objecto de estudo de uma pléiade de investigadores de expressão portuguesa e de outras origens nacionais: dos pontos de vista demográfico, histórico, geográfico, antropológico e sociológico, recorrendo ora à pesquisa documental ora ao contacto com informadores que foram directamente participantes no processo ou que conheceram profundamente a experiência e a memória de terceiros.

Nesta perspectiva multiforme, as distintas abordagens metodológicas são influenciadas pelo objectivo e pelo objecto de cada estudo, bem como pelo exacto contexto em que a investigação teve lugar.

O presente livro constitui uma colectânea de reflexões quanto à diversidade de percursos metodológicos prosseguidos pelos investigadores portugueses e brasileiros no âmbito de um Projecto conjunto desenvolvido por dois Centros dos respectivos países: o Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI, da Universidade Aberta, e o Centro de Estudos Rurais e Urbanos/CERU, da Universidade de São Paulo.

Maria Beatriz Rocha-Trindade, professora catedrática da Universidade Aberta, membro fundador do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), de que é coordenador científico.

Maria Christina Siqueira de Souza Campos, professora associada (livre-docente) da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto e da Universidade de São Paulo / USP, onde é Directora-Presidente do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU).

Migrações internacionais | Brasil



CELTA EDITORA

www.celtaeditora.pt

